

CORREIO POLÍTICO

Waldemir Barreto/Agência Senado



Tereza Cristina sobre os riscos da guerra: "A crise é grave"

Tereza Cristina alerta para os riscos da guerra

A ex-ministra da Agricultura e senadora Tereza Cristina (PP-MS) marcou uma reunião para esta quarta-feira (8) com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), para compartilhar com ele uma grave preocupação. Segundo ela, todos voltam no momento sua atenção para os riscos de alta no petróleo e seus derivados com a continuidade da guerra no Oriente Médio. Mas, segundo ela, embora grave, esse está longe de ser o grande problema. O Brasil pode enfrentar uma grave crise no agronegócio que não está sendo percebida. Se a alta do petróleo já impacta a inflação, se tal crise virar afetar a lavoura e gerar desabastecimento, o país terá enormes problemas. A chave para isso, diz ela, será agosto.

Irã é produtor de fertilizantes

Além do petróleo, que o Irã parou de fornecer, com a situação agravada pelo bloqueio do Estreito de Ormuz, o país é um dos maiores produtores e exportadores de fertilizantes nitrogenados, especialmente ureia. O Brasil praticamente não produz fertilizantes, fundamentais para a produção agrícola. Importa 85% do que consome. Se a guerra entre a Rússia e a Ucrânia já gerava um problema nesse setor, a guerra no Oriente Médio agrava.

U.S. Navy, Public domain, via WC



Guerra ao Irã impactará agricultura

Brasi importou US\$ 66,8 bilhões do Irã

No ano passado, o Brasil importou do Irã US\$ 66,8 bilhões em fertilizantes. E o volume de importações cresceu proporcionalmente este ano. Se tais produtos não chegarem, isso vai impactar o início da produção agrícola. E os reflexos surgirão a partir de agosto, que é o principal mês de início da colheita de diversos produtos. Se houver problemas para plantar, haverá problemas para colher. E isso irá impactar as prateleiras dos mercados e as mesas das pessoas. Os preços dos alimentos irão subir. Problema sério, que precisa ser evitado.

Possível alternativa na Bolívia

Há uma possível alternativa de mercado na Bolívia, que também produz ureia e outros fertilizantes nitrogenados. Mas é difícil calcular se o país sul-americano poderia suprir toda a demanda. Além disso, segundo a senadora, há outro problema: a produção dos fertilizantes exige o consumo de gás e enxofre. Gás é também derivado de petróleo. E novamente a guerra pode impactar por aí.

POR
RUDOLFO LAGO

Frango

Tereza Cristina tem outras preocupações. O Oriente Médio é o principal destino da carne de frango exportada pelo Brasil. Países como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos consomem de 25% a 29% da carne de frango que o Brasil exporta. A guerra torna toda a região vulnerável.

Rota

No caso, o problema na exportação de frango já está acontecendo. O caminho mais barato e mais utilizado para o transporte do frango para o Oriente Médio era pelo Estreito de Ormuz, que está fechado. Os navios já estão tendo de fazer rotas alternativas que encarecem o preço final da carne de frango.

Colapso

Se a guerra entre EUA, Israel e Irã se agrava e outras rotas também vierem a ser fechadas, vai haver um colapso no comércio entre o Brasil e os países do Oriente Médio, seja para exportar frango, seja para importar fertilizantes. Sem contar com todos os problemas do desabastecimento de petróleo.

A guerra chegou

"A guerra chegou aqui", disse Tereza Cristina. Para ela, já não se trata mais de um conflito distante. "Os efeitos são seríssimos, podemos ficar sem fertilizantes, problemas com diesel, frete, rotas e seguros marítimos, todos já impactados", disse a ex-ministra da Agricultura. Ela levará o problema a Alcolumbre, para que o Senado se posicione.

Fome

Em termos planetários, há quem já preveja problemas muito maiores. Risco real de fome, de segurança alimentar. O Brasil não é o único país que depende fortemente de importação de fertilizantes. Países como a Índia subsidiam a compra desses produtos para os pequenos agricultores.

Etiópia

A Etiópia, por exemplo, importa mais de 90% do fertilizante que usa na sua agricultura do Golfo Pérsico. O momento do plantio é agora. Se não houver fertilizante, significará ausência de alimentos. Fome. Graves problemas humanitários. Com a experiência de ex-ministra, Tereza Cristina está preocupada.



STF pode definir como serão eleições no Rio hoje

PGR defende eleição direta no Rio de Janeiro

Manifestação reforça que vacância foi de decisão eleitoral

Por Beatriz Matos

Legitimidade

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se posicionou nesta terça-feira (7) a favor da realização de eleições diretas no Rio de Janeiro para escolher o novo governador, que vai ocupar um mandato-tampão até dezembro de 2026.

O caso será julgado nesta quarta-feira (8) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que vai decidir se o pleito será direto, pelo voto popular, ou indireto, pela Assembleia Legislativa do Rio.

A disputa surgiu após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cassar o mandato do ex-governador Cláudio Castro (PL), por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022.

Castro renunciou ao cargo um dia antes do julgamento, numa tentativa de evitar a sanção, mas o TSE entendeu que a renúncia não afastou os efeitos da cassação.

O vice-governador Thiago Pampolha já havia deixado o cargo em 2025 para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do Rio, completou a dupla vacância e tornando obrigatória a definição do substituto.

O parecer da PGR, assinado pelo vice-procurador-geral Eleitoral, Alexandre Espinosa, sustenta que a vacância do cargo se deu por motivo eleitoral, e não por decisão administrativa ou renúncia comum.

"A determinação da cassação do diploma de Cláudio Castro evidencia que houve vacância por consequência de decisão da Justiça Eleitoral", afirmou Espinosa. Para ele, realizar eleição direta respeita o princípio da soberania popular e garante legitimidade democrática ao processo.

O advogado Waldemir Leite Aragão Júnior, especialista em direito eleitoral, explica que "o STF costuma analisar essas manifestações com atenção, especialmente quando envolve abuso de poder eleitoral. A eleição direta se justifica porque a vacância decorre de cassação, e não apenas de renúncia".

Ele acrescenta: "Uma decisão favorável à eleição direta tende a reforçar a legitimidade democrática, devolvendo ao eleitor o poder de escolha e desestimulando manobras políticas que visam manter grupos no poder".

O Supremo vai analisar duas ações que questionam o formato do pleito. Uma delas contesta a lei estadual que prevê eleição indireta pela Assembleia Legislativa, com votação secreta e prazo curto para desincompatibilização de candidatos. A outra ação, apresentada pelo PSD do Rio, sustenta que a eleição deve ser direta, seguindo o Código Eleitoral, devido ao caráter eleitoral da vacância.